

História, resistência e memória na comunicação popular: Um estudo da literatura de cordel na Paraíba

Giovanni Alves Duarte de Sá¹

Resumo :

Este artigo é o resultado de uma pesquisa com perspectiva histórica, com o intuito de retratar algumas das principais transformações sofridas pelo folheto de cordel no decorrer dos séculos até os dias de hoje, bem como uma reflexão sobre o seu futuro. Em busca de respostas percorremos algumas cidades do interior da Paraíba e Pernambuco para conhecer de perto as diferentes experiências com a comunicação popular e entender o processo histórico que marcou o apogeu, a queda e a violenta censura no cordel no Brasil devido interesses políticos durante a primeira metade do século XX.

Palavras-Chave: Cordel, Literatura, Folheto.

History, resistance and memory in popular communication: A study of cordel literature in Paraíba

Abstract:

This article is the result of a research with historical perspective, with the intention of portraying some of the main transformations undergone by the cordel leaflet in the course of the centuries to the present, as well as a reflection on its future. In search of answers we went through some cities in the interior of Paraíba and Pernambuco to get to know the different experiences with the popular communication and to understand the historical process that marked the apogee, the fall and the violent censorship in the cordel in Brazil due to political interests during the first half of the twentieth century.

Keywords: Cordel, Literature, Leaflet.

Artigo recebido em: 16/10/2017

Aceito em: 02/02/2018

¹ Doutorando em Sociologia (UFPB), Mestre em Comunicação (UFPB) e Bacharel em Comunicação Social/Jornalismo (UFPB).
E-mail: giovannialvesduarte@gmail.com.

Introdução

Este artigo é o resultado de um esforço de campo, a partir do uso de técnicas etnográficas de pesquisa, e de cunho bibliográfico sobre a luta de pessoas pela preservação da literatura popular, bem como uma análise do processo histórico que marcou o apogeu, a queda e a violenta censura no cordel no Brasil.

O cordel é um meio de comunicação popular e através dele os chamados corde-listas expressam com liberdade poética diversas problemáticas sociais denunciando, questionando e expondo suas indignações sobre os fatos, numa ação semelhante à prática jornalística. Desse modo, eles assumem um papel cidadão de fiscalização do cotidiano.

No Brasil, é evidente o monopólio e a manutenção do capital simbólico (BOURDIEU, 2005) dos meios de comunicação nas mãos de uma pequena parcela detentora de concessões de rádios e TVs no país. Nesse contexto, o folheto de cordel surge, essencialmente, contrário a uma perspectiva de concentração da informação, como ressalta Cecília Peruzzo (2006, p. 20):

A comunicação popular representa uma forma alternativa de comunicação [...]. Ela não se caracteriza como um tipo qualquer de mídia, mas como um processo de comunicação que emerge da ação dos grupos populares. Essa ação tem caráter mobilizador coletivo na figura dos movimentos e organizações populares, que perpassa e é perpassada por canais próprios de comunicação.

O cordel é uma expressão cultural milenar. Barbosa (2008, p. 2) diz que, “a literatura de folheto chegou ao Brasil através dos colonizadores portugueses, pelas mãos dos padres jesuítas, os quais utilizavam o meio para educação moralista através de narrativas fantásticas.” Ou seja, resiste ao tempo, apesar das constantes inovações tecnológicas no campo da comunicação a partir do século XX, com o surgimento do rádio, da televisão e da internet.

Mas antes do surgimento destas plataformas comunicacionais, o folheto popular exercia um poder simbólico (BOURDIEU, 1989) significativo, despontando como o canal informativo das massas, principalmente, das populações rurais habitantes dos rincões do Nordeste brasileiro. Resende (2005, p. 412) afirma que “o cordel era considerado o ‘jornal do Sertão’. Era por meio dele que as notícias chegavam ao interior do Nordeste. Nesse sentido, pode-se dizer que o cordel foi uma mídia importante na região.”

A relevância dos folhetos populares para a cultura nordestina é muito grande, pois eles contribuíram fortemente para a preservação dos costumes regionais, servindo também de veículo informativo, como destaca Nelson Barbosa (2008, p. 2):

De 1900 até 1950 a literatura de cordel tornou-se tão popular que funcionava

como jornalismo rural, ou seja, todos os fatos importantes que ocorriam entre o povo, em cada lugarejo, tudo isso era colhido pelas sucessivas safras de poetas. Uns davam as esses temas uma conotação cômica, outros, dramática, etc. Os temas eram inúmeros e diversificados. Assim, as notícias por mais que fossem trágicas tornavam-se agradáveis por causa da ressonância poética que vestia a notícia.

Afonso Vasquez (2008, p.11) esclarece que a denominação cordel, foi atribuída ao folheto popular a partir de 1950, pelo pesquisador francês Raymond Cantel, para designar os folhetos vendidos nas feiras populares. O termo “cordel”, portanto, sedimentou a nomeação oficial que ainda povoa o imaginário da literatura popular.

Porém, na época, alguns poetas populares e estudiosos encararam este fato como uma imposição de nomenclatura, já que, segundo Vasquez (2008, p. 11) tal arbitrariedade “enfrentou de início, a resistência de alguns cordelistas”. Corroborando essa tese, Santos (2009, p.45) afirma que até a década de 60, no Brasil, o cordel era conhecido, apenas, como literatura de folheto, de peleja, de verso ou mesmo romance popular. É possível, pois, afirmar diante disso que o termo “cordel” foi imposto pela erudição de pesquisadores do campo literário popular como o fez Cantel.

A título de metodologia, por corte arbitrário deste pesquisador, as entrevistas que dão corpo ao presente artigo ocorreram apenas com especialistas no estudo da história da literatura de cordel para aprofundamento e contextualização teórica sobre o tema.

É necessário adiantar que, entrevistamos também poetas populares, comerciantes de cordel, leitores e profissionais de outros campos que experimentaram conjugar ao seu trabalho o universo do folheto popular. E todo esse material faz parte de um trabalho de pesquisa maior, ainda não publicado, defendido no curso de Jornalismo da UFPB.

Como resultado, a construção narrativa da pesquisa buscou expressar as mais variadas vozes dos que enxergam o cordel como forma de afirmação cultural de resistência, história e memória dentro do universo da comunicação popular.

Origem e universo temático

Pesquisas indicam que esta cultura nasceu após a invenção da imprensa, por volta de 1450, quando foi possível realizar a transposição das cantorias poéticas para os livretos. No entanto, o caule lírico do cordel já havia brotado, estima-se, entre os séculos XI e XII, com a prática de contação de histórias. A literatura popular começou através da voz, com a reunião casual de poetas nômades que viajavam pelas rotas comerciais na Europa medieval.

Segundo o pesquisador Luyten (1983), a partir da confluência cultural entre estes artistas, naturalmente criou-se uma linguagem regional à parte da língua oficial

da época, que era o latim. O autor acrescenta que a literatura de cordel “significa a parte impressa e, como tal, representa menos do que 1% da poesia realmente feita a nível popular, mas que é apenas cantada por violeiros, trovadores ou cantadores” (LUYTEN 1983, p. 10). Essa assertiva coaduna com a definição de Andrade:

O cordel é, portanto, a transposição para a forma escrita de poemas, canções, aventuras e epopéias recitadas, lidas em voz alta ou cantadas por poetas ou violeiros, em praça pública, sempre postados no meio de um grande círculo de ouvintes que acompanham suas apresentações com enorme atenção e interesse (ANDRADE, 2005, p. 130).

Alguns estudos sobre literatura de cordel organizam ciclos temáticos para classificação dos folhetos, separando-os pelo tipo de assunto. Diégues Júnior (1973, p. 27) pontua que, de acordo com a definição das pesquisas da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), a sistematização divide-se, entre outros temas, em: cordéis de pelegas, cangaço, religiosos, circunstanciais, etc. No entanto, para outros pesquisadores isso é questionável.

Seria a mesma coisa se dividíssemos a literatura brasileira em heróica, obscena, de banditismo, temas medievais. E os autores onde ficam? E como iríamos classificar os escritores pelo país afora? Devemos ter em mente que a literatura de cordel é igual a qualquer outra literatura, isto é, tem autores (LUYTEN, 1986, p. 42).

É possível considerar, conforme Luyten, que a classificação temática ao se basear nos autores poderia enriquecer mais o entendimento do perfil de escritores e leitores de cordel. “Quanto mais os conhecermos, tanto melhor conheceremos o povo – seus leitores – e os assuntos de que tratam” (LUYTEN, 1986, p.44).

Voltando à discussão sobre o berço da cultura do cordel, através da atuação do artistas e poetas nômades que trabalhavam com oralidade no período medieval - mais conhecidos como trovadores, menestréis ou jograis - a poética popular se desenvolveu.

Além disso, na Espanha e em Portugal, essa expressão ganhou um reforço com a influência dos poetas árabes (conhecido como *medajs*), nos oito séculos de dominação mulçumana na península ibérica. Os poetas populares tinham a função com essas cantorias de difundir o conhecimento ao alcance das pessoas. Isso foi muito utilizado através da rima, do verso, da batida, da repetição, do eco e do ritmo (ARAÚJO, 2005).

Daí por diante, surgiram três pontos de convergência entre poetas e cantadores. O sul da França, onde a maioria das pessoas se encontrava antes de atravessar o mediterrâneo, para chegar à Palestina. O norte da Itália, melhor caminho para se chegar à Roma. E por último, o norte da Espanha, em Santiago de Compostela, onde se dizia ter sido enterrado um dos apóstolos de Cristo.

Nesses locais, os poetas agiam como jornalistas, contando e cantando as novidades que viam durante as viagens. Narrativas sobre cavalaria, guerra, desafio de cantadores, foram tantas vezes reproduzidos oralmente no decorrer dos séculos, que tudo foi sendo armazenado num grande baú chamado memória.

A maioria das formas de expressão popular existentes hoje estaria no limbo, se não houvesse esse processo. Na verdade, quem construiu os grandes saberes populares não foi a biblioteca do livro, mas a biblioteca da voz, através da memória.

Por meio de toda essa riqueza poética preservada na oralidade, surgiu – no século XIV - uma tradição discursiva chamada de romanceiro, que era uma coleção de poesias em forma de canto, a qual viraria, tempos depois, a base lírica do folheto brasileiro.

Com tantas histórias, músicas, poemas e rimas para decorar foi quase inegável pressentir o surgimento de algo que almejasse reunir, em forma de livro, tanta inspiração. Quando Johann Gutemberg, no século XV, arriscou-se imprimir a bíblia sagrada num prelo manual, ocorreu uma verdadeira revolução na maneira de se editar e multiplicar obras literárias.

Daí por diante, foi possível iniciar a reprodução de livretos contendo os muitos versos poéticos e cantigas rimadas existentes na memória social. Era o começo da literatura de cordel e o folheto popular no Brasil, teve o seu próprio “Gutemberg”, pelos idos de 1893.

Certa vez, um paraibano chamado Leandro Gomes de Barros arriscou-se no mundo das letras e começou a imprimir tudo o que borbulhava no seu ego poético. Ele pegou várias histórias orais existentes em outros países e adaptou à realidade nordestina. Leandro montava desde o mundo imaginário de príncipes, princesas, fadas, gigantes até as causas locais como o cangaço (ARAÚJO, 2005).

Santos (2009) e muitos outros pesquisadores apontam como marco simbólico do surgimento da produção do folheto de cordel no Brasil, as publicações das rimas de Leandro Gomes de Barros. No entanto, pesquisas também apontam a existência de alguns poetas que, antes de Leandro, já haviam iniciado este processo por meio da edição de versos em folhas soltas.

A pontuação do surgimento do folheto no Brasil, contudo, é marcada partir da ideia de um projeto editorial (SANTOS, 2009), daí a importância histórica de Leandro Gomes de Barros neste contexto. Ele foi considerado o rei dos poetas populares de seu tempo. Embora pesquisas não confirmem com certeza, calcula-se que deixou cerca de mil cordéis escritos. Em 1976, no Jornal da Poesia, o poeta Carlos Drummond de Andrade se deu o tempo de escrever:

Certamente mal informados, elegeram por maioria relativa Olavo Bilac príncipe dos poetas brasileiros. Atribuo o resultado a má informação porque o título, a ser concedido, só poderia caber a Leandro Gomes de Barros, nome

desconhecido no Rio de Janeiro, local da eleição promovida pela revista FON-FON, mas vastamente popular no Nordeste do País, onde suas obras alcançaram divulgação jamais sonhada pelo autor de 'ouvir-estrela' (GRILLO, 2008, p. 437).

Curiosamente, o Brasil esperou pouco mais de três séculos, após a chegada dos portugueses, para começar um processo de edição e publicação de cordéis. Só depois que Napoleão Bonaparte, no início do século XIX, invadiu Portugal obrigando a família real fugir para o Brasil, que foram instaladas diversas tipografias na colônia. Antes disso dizia-se absurdo a impressão de livros no país.

Em Portugal, a literatura de cordel recebeu este nome pelo fato de ser vendida pendurada em barbantes ou cordões. Chegando ao Nordeste do Brasil com os colonizadores, o cordel se reinventou através dos séculos. Segundo Santos (2009), entre a população nordestina, a literatura popular adquiriu outro significado “tanto no nome, como no sentido e na forma de venda.”

Nesta região, tornou-se filha legítima das cantorias e pelepas transmitidas oralmente, enquanto o folheto português foi fruto do surgimento da imprensa. Não tivemos a mesma poética de Portugal por que o cordel brasileiro nasceu em outro contexto (SÁ, 2010).

Apesar disso, não há consenso entre os estudiosos no assunto, sobre onde teria surgido exatamente a oralidade que gerou o folheto em verso, como confirma Santos (2009) ao dizer que os teóricos não conseguem explicar com total certeza de onde teria vindo a voz rítmica e sonora que se transformou em cordel.

De maneira geral, neste processo de investigação, os estudiosos tendem a confundir o que chamam ‘as verdadeiras origens’ do cordel com os diversos momentos do processo de evolução desta comunicação popular.

Apogeu e censura do folheto no Brasil

Até meados da década de 1950, a literatura de cordel reinou quase que soberana na mente do povo nordestino, especialmente, habitantes das cidades do interior, os chamados sertões. Nessa época, o rádio já havia sido criado. Mas, mesmo assim, foi incapaz de colocar freios na impressão e venda de versos rimados. Várias tipografias haviam se instalado no país.

Em muitas cidades do interior paraibano nascia o costume das rodas de poesia. Um de nossos entrevistados, o cordelista e pesquisador, Nelson Barbosa, natural de Princesa Isabel – a 422 quilômetros de João Pessoa -, confessa que sua paixão pela literatura de cordel surgiu desse costume, quando as famílias se reuniam todos os dias para ouvir poetas declamando folhetos.

Era como uma serenata na boca da noite. A vizinhança de juntava debaixo da luz do candeeiro. Ali, jovens e velhos se misturavam. A meninada brincava com o verso para aborrecer os coleguinhas. Eu fui criado escutando minha mãe cantar os cordéis que decorava nessas reuniões (SA, 2010, p 16).

Como toda criança, Nelson Barbosa adorava brincar e às vezes passava do limite. Para conter o ímpeto do menino, seus pais diziam que ele não conhecia o céu. E justamente por medo de morar com o capeta é que ele se ajuizou, afirma. Seu pai o educou tomando como exemplo os folhetos de Leandro Gomes de Barros.

Nesta época, muitas feiras se formavam nos pequenos centros e viravam espaços de encontro das pessoas do campo. Quando migrou para as capitais, os cordéis foram vendidos nas feiras por que lá se encontrava o local de aglutinação das pessoas do interior que vinham vender os seus produtos.

Foi através desses espaços públicos que outro poeta entrevistado nesta pesquisa, o poeta Chico Salles, teve o primeiro contato com a poesia. “Desde pequeno eu vivia escutando cordelistas e cantadores nas feiras e praças”, contou. Chico Salles foi diretor de Cultura da Academia Brasileira de Literatura de Cordel (ABLC). Todo esse universo de poesia, segundo afirma, ficou gravado em sua memória.

De acordo com estudos da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), o folheto de cordel encontrou solo fértil na região Nordeste devido o ambiente sócio-cultural: sociedade patriarcal, manifestações messiânicas, cangaço, lutas de famílias, secas gerando desequilíbrios econômicos. Esse contexto foi onde o medo, a dor, a bravura e o heroísmo encontraram seus personagens. Palco ideal para que cantadores e poetas compusessem os seus versos.

Devido à chamada Guerra de Princesa, que ocorreu no início da década 1930, no interior do Estado da Paraíba, a intolerância política quase matou a poesia popular. Ao fim do conflito, a literatura de cordel foi amplamente perseguida e sufocada pelo governo paraibano. Esse episódio ficou marcado em cor de sangue na mente dos poetas populares da época.

Na primeira metade do século XX, o Brasil era, ainda, um país eminentemente agrário para deixar nas mãos dos chamados coronéis, muito do poder político e econômico. O principal motivo da sangria no município de Princesa Isabel, diante 422 km da capital João Pessoa, foi o choque entre dois Brasis: o rural e o urbano.

João Pessoa havia assumido o governo paraibano em outubro de 1928 e aplicava uma dura reforma política e administrativa no âmbito estadual. Um dos itens principais do seu programa era arruinar o poder dos coronéis. A primeira providência foi demitir delegados e prefeitos que mantinham estreita relação com o coronelato.

O novo delegado enviado ao município de Princesa Isabel recebeu ordens para não dar ouvidos ao chefe político do município. Na tentativa de desestabilizar o poder do coronel, houve a retirada de vários funcionários do quadro do Estado, quase todos, parentes de um coronel chamado José Pereira.

João Pessoa ordenou a realização de blitz nas vias de acesso à cidade, vila ou povoado, nas estradas e até executar invasão à casa do próprio coronel para buscar e apreender todas as suas armas (ARAÚJO *apud* SÁ, 2010).

Estudos sobre o conflito ressaltam a total incapacidade governamental em procurar saídas menos violentas para solucionar a questão. Pois, as ações da polícia estavam atingindo não só o coronel, mas toda a população da região, que começou a ficar ressentida com a dureza das atitudes do governo.

Desse modo, muitos habitante de Princesa declararam apoio ao coronel José Pereira. E, assim, utilizando-se do gatilho poético, muitos cordelistas escreveram versos exaltando a coragem do coronel em enfrentar as tropas oficiais. Os sertanejos da região viram a polícia destruindo todos os valores deles, por isso começaram a escrever exaltando as pessoas da terra. Em resposta, o governo agiu com repressão e perseguição aos cordelistas que noticiavam os fatos da guerra em versos rimados exaltando a resistência do coronel José Pereira (ARAÚJO *apud* SÁ, 2010).

Para se ter uma ideia, o poder político de José Pereira era tão grande que Epi-tácio Pessoa, quando no comando do Brasil, de 1919 a 1922, precisou do seu apoio para garantir votos no quadro de deputados estaduais favoráveis ao Governo Federal na Assembleia Legislativa. Era o chamado voto de cabresto, nesse caso, manobra para impedir o surgimento de oposição, no Estado, ao Presidente da República.

João Pessoa assumiu o governo paraibano por indicação de seu tio, Epi-tácio Pessoa. Por isso, o coronel José Pereira achou que a convivência política com o sobrinho de seu antigo aliado seria pacífica. Foi quando se enganou.

No mês de abril do mesmo ano, o governo paraibano pediu autorização ao Ministro da Guerra para importar da França 100 mil cartuchos para fuzis Mauzer. Era o conflito tomando proporções internacionais. A revista Times dedicou uma coluna e meia de matéria sobre essa guerra, que ideologicamente estava sendo articulada pelos próprios americanos (ARAÚJO *apud* SÁ, 2010).

Ironicamente, o coronel José Pereira tinha um arsenal de armas doadas, em gestões anteriores, pelo próprio governo estadual para enfrentar o bando do cangaceiro Lampião e, mais tarde, a Coluna Prestes. No dia 14 de março de 1930, o Jornal do Comércio do Recife - que apoiara ideologicamente o latifundiário sertanejo devido sua estreita amizade com os proprietários do veículo - publicou um texto que ficou conhecido como o manifesto do coronel José Pereira ao povo brasileiro.

O primeiro conflito armado ocorreu na cidade de Teixeira, onde as tropas oficiais se organizavam para iniciar uma invasão ao município de Princesa Isabel. Dias depois, em 24 de março de 1930, em outra tentativa de entrar na cidade, a polícia se viu acuada. Cerca de 150 homens estavam dispostos a morrer a mando de José Pereira.

A guerra de Princesa foi considerada pelos historiadores como o mais dinâmico dos movimentos da Velha República, onde se confrontaram, de um lado, a força oligárquica urbana dos liberais (novo modelo imposto), contra o sistema tradicional agropecuário (oligarquia dos coronéis), dentro da própria esfera capitalista (ARAÚJO, 2005).

No auge da guerra, contendo as assinaturas do prefeito, do presidente da câmara dos vereadores de Princesa Isabel e do próprio José Pereira - que também era deputado estadual -, o Jornal de Princesa publicou, em 21 de junho de 1930, o decreto da proclamação de independência provisória daquele município, que se separava no âmbito político, econômico e geográfico do Estado da Paraíba.

Com o assassinato do governador paraibano pelo advogado João Dantas, em 26 de julho de 1930, a guerra chegava ao fim, pois não mais havia necessidade de luta, já que a intenção do coronel era provocar a derrubada de João Pessoa do poder. O conflito durou cinco meses e provocou a morte de mais de 600 pessoas e dezenas de cordelistas.

Planejou-se, assim, um desfecho pacífico, mediado pelo então presidente Washington Luís (1926-30). Neste momento, a notícia da morte do sobrinho de Epitácio Pessoa foi o pretexto para que Getúlio Vargas assumisse a presidência com o apoio do empresário das comunicações Assis Chateaubriand, que se empenhou através dos meios de comunicação, em tornar a figura de João Pessoa um mártir. Deu-se início à Revolução de 30.

Já na presidência, Getúlio enviou ordens ao governo paraibano de apagar tudo o que se referia a José Pereira e à Guerra de Princesa para evitar qualquer esperança numa ação de revanche por parte dos coronéis. Começava, então, a censura à literatura de cordel.

Segundo Araújo (2005), com a Guerra de Princesa, vários folhetos foram queimados em praça pública, poetas sofreram torturas, a polícia invadiu casas à procura de papéis que contivessem versos enaltecendo o coronel José Pereira ou a guerra. Toda uma região chamada de Pajeú - que na época se estendia entre a Paraíba e Pernambuco, considerada berço da poesia popular nordestina - foi vasculhada violentamente pelas tropas do governo.

A intenção foi calar a força do folheto popular, matando a memória da resistência também junto às novas gerações. Depois disso a cultura do verso popular começou a enfraquecer e a se tornar “pejorativo”, “coisa de gente atrasada”, ou “antiquada”. Mas este pensamento foi justamente o resultado de um amplo processo de perseguição ideológico imposta por uma ação política violenta e atroz aos cordelistas no interior do Nordeste.

Assim, com o advento da televisão no Brasil, a partir de 1950, a cultural do cordel declinou de vez. Enquanto falar em cordel virou sinônimo de perseguição no

interior nordestino, nos grandes centros, a cultura urbanizada já havia garantido mudança no gosto das pessoas mediante a influência da cultura americana.

Considerações finais

Só no final da década de 1970, através de um grupo de pesquisadores ligados à Universidade Federal da Paraíba que o cordel iniciou um processo de revitalização no Estado e conseqüentemente a memória presente em suas páginas voltou a se fortalecer. Estes estudiosos começaram a pesquisar e catalogar teses, dissertações, livros nacionais e internacionais que promovessem o debate sobre literatura popular. Além disso, uma verdadeira operação de salvamento poético aconteceu Nordeste adentro, na qual diversas entrevistas foram realizadas com poetas e cantadores, gerando um verdadeiro armazém de relatos.

Houve, ainda, a reunião e restauração de centenas de livretos que andavam espalhados pelos quatro cantos da região. Este trabalho resultou no surgimento do Programa de Pesquisa em Literatura Popular (PPLP) ligado à Pós-Graduação em Letras da UFPB. Atualmente, o grupo conta com um acervo de mais de 12 mil folhetos catalogados e quase todos informatizados. Isto é, na época de maior agonia do cordel, ninguém melhor para dizer que ele ainda tinha valor do que a universidade.

Com a batalha pela preservação da literatura popular, os pesquisadores queriam garantir a integridade de uma memória social que estava prestes a se perder com o descrédito do cordel, pela população. Desde os tempos da Idade Média, até chegar ao Brasil, este suporte literário sempre carregou consigo o reflexo de uma época nas expressões do povo. Essa memória começou a esmorecer depois do surgimento dos novos meios de informação, que provocaram mudanças no comportamento da população no interior do Nordeste.

No entanto, o cordel se renovou esteticamente e semanticamente, e vem se fortalecendo mesmo diante os processos comunicacionais da contemporaneidade transformando-se com o apoio das novas tecnologias. O que culmina em práticas como o cibercordelismo, a peleja virtual, o repente virtual e na ressignificação da poética cordelista junto às novas gerações mediante o seu uso em sala de aula.

Tudo isso tem proporcionando novas formas de consumo do cordel pela indústria cultural e que, na verdade, são processos que tem se mantido graças às práticas genuinamente de resistência popular.

Referências

AMORIM, Maria Alice. **No Visgo do Improviso ou a Peleja Virtual entre Cibercultura e Tradição**. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

____. **Existe um Novo Cordel? Imaginário, Tradição e Cibercultura.** Edições Universidade Fernando Pessoa, 2009.

ANDRADE, Henrique Salles e SILVA, Nilson Joaquim. **Feira de Versos – Poesia de Cordel.** São Paulo: Ática, 2005.

ARAGÃO, Patrícia Cristina. **A Cultura dos Cordéis: Território (s) de Tessitura de Saberes.** João Pessoa: Tese de Doutorado em Educação, UFPB, 2007.

ARAÚJO, Nelson Barbosa. **A morte de João Pessoa e a Revolução de 30: uma abordagem sóciosemiótica do folheto de cordel de Luiz Nunes Alves.** João Pessoa: Dissertação de Mestrado em Letras, UFPB, 2005.

AYALA, Marcus; AYALA, Ignez Novais. **Cultura Popular no Brasil.** São Paulo: Ática, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 2005.

____. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

GRILLO, Maria Ângela de Faria. **Arte, Cotidiano e Emoção nos folhetos populares nordestinos de 1900 a 1940.** In: História, Cultura e Sentimento: Outras histórias do Brasil. Recife: Editora Universitária, 2008.

JÚNIOR, Manuel Diégues. **Literatura Popular em Verso.** Antologia. Tomo I. Ministério da Educação e Cultura – Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 1973.

LUYTEN, Joseph. **O que é Literatura Popular.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

PERUZZO, Cecília. **Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária.** Intercom – Sociedade de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXIX Congresso Brasileiro de Ciências de Comunicação – UnB – 6 a 9 de setembro de 2006.

RESENDE, Viviane de Melo. **Literatura de cordel: uma visão etnográfica ao gênero.** Universidade de Brasília, 2005.

SÁ, Giovanni Alves Duarte. **Nos caminhos de São Saruê: o cordel semeando vidas.** João Pessoa: Trabalho de Conclusão de Curso de Jornalismo, Universidade Federal da Paraíba, 2010.

SANTOS, Francisca Pereira. **Novas Cartografias no Cordel e na Cantoria: Desteritorialização do Gênero nas Poéticas das Vozes.** João Pessoa: Tese de Doutorado em Letras, UFPB, 2009.